

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 686 - Brasília, segunda-feira, 11 de maio de 1998



Alcântara alerta para situação social "séria e grave". Júnia quer visita de FHC a flagelados em Minas

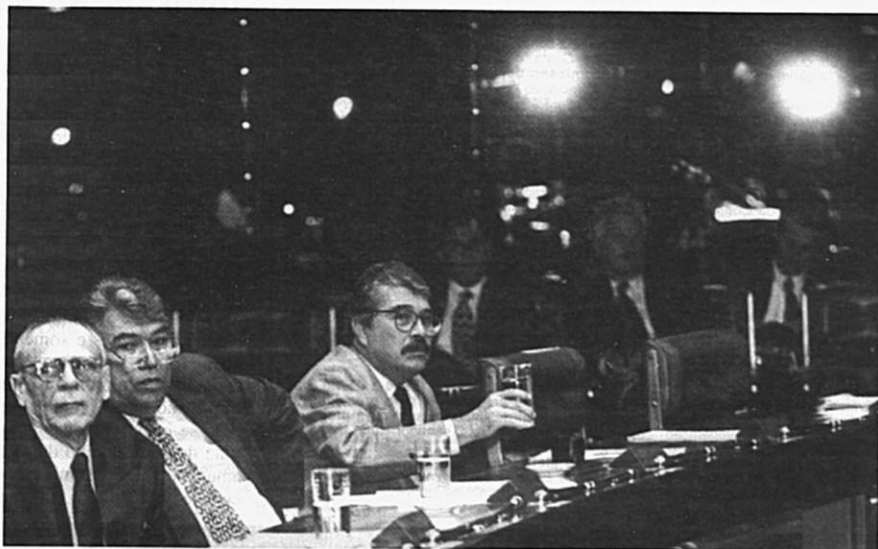
Alcântara e Júnia pedem a FHC que conheça o drama da seca

Senadores cobram ação rápida para amenizar problema social enfrentado pelas áreas afetadas

A seca no Nordeste pode resultar numa situação social "séria e grave", afirmou sexta-feira, no plenário, o senador Lúcio Alcântara, que cobrou uma ação rápida do governo. Ele sugeriu ao presidente Fernando Henrique Cardoso que envie um emissário à região com a tarefa de realizar levantamento criterioso do problema. A senadora Júnia Marise também pediu ao presidente da República que conheça o drama enfrentado pelas vítimas da seca, que atinge parte de Minas Gerais. **Página 6**

Pauta da semana inclui serviço civil

A proposta de emenda constitucional que cria o serviço civil obrigatório para jovens dispensados ou isentos do serviço militar deverá ser votada quarta-feira pelo plenário. Apresentada pelo senador Antonio Carlos Magalhães, a emenda tramita em conjunto com outra, de autoria do senador Pedro Simon. Além da votação da proposta do serviço civil, o plenário concluirá nesta semana a discussão de outras duas emendas: a que exclui os municípios da retenção de impostos destinados ao Fundo de Estabilização Fiscal e a do senador Geraldo Melo que autoriza a cobrança, pelos estados produtores, de ICMS sobre petróleo e energia elétrica. **Página 3**



Plenário terá semana movimentada com a votação de três emendas constitucionais

Derrota na Previdência gera debate

PÁGINA 5

Museu eletrônico preserva memória

Senado lança coleção de CDs com discursos que marcaram a História e com os Anais parlamentares dos últimos 173 anos. O museu eletrônico coloca à disposição do público um valioso acervo de informações. **Página 7**

Amin quer limitar gastos com Câmaras

PÁGINA 4

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

ESPECIAL

Segunda-feira (11.05.98)

9h às 18h - Exposição de livros sobre o movimento filosófico-religioso *Seicho-No-Ie*

10h - Jandira Maria de Castro, preleitora em grau senior da Seicho-No-Ie, concede entrevista à imprensa e tira dúvidas dos visitantes. *Balcão da Senado Galeria*

11h - Abertura da comemoração do Dia Internacional do Museu, com mostra sobre o Senado e a exposição *Brasileiro Darcy. Senado Galeria*

PREVISÃO DE TRABALHOS

Terça-feira (12.05.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Discussão em turno único do "PLS nº 93/93, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde; discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 42/98, que autoriza o estado da Bahia a contratar operação de refinanciamento de dívida do estado, consubstanciada no contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, com base no Protocolo de Acordo firmado entre a União e o estado da Bahia, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 959 milhões; discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 43/98, que autoriza o estado da Bahia a contratar operação de refinanciamento de dívida do estado, consubstanciada no contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, com base no Protocolo de Acordo firmado entre a União e o estado da Bahia, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 1 bilhão; quinto e último dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 37/97, que dispõe sobre a base de cálculo do Fundo de Estabilização Fiscal; quarto dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 8/95, que dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do art. 155 da Constituição federal; discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 29/98, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banque Nationale de Paris - BNP, no valor equivalente a 7 milhões de dólares norte-americanos, de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Banco de Testes para Desenvolvimento de Propulsores de Satélites; discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 30/98, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de 51,3 milhões de dólares, junto ao Peene Wert GmbH (Programa de Reaparelhamento da Marinha); e "Requerimento nº 252/98, do senador Eduardo Suplicy, solicitando que sobre o PLC nº 91/96, que legaliza a prática de jogos de azar, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Sociais

Quarta-feira (13.05.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Votação em primeiro turno da "PEC nº 32/96, que institui o serviço civil obrigatório; votação em primeiro turno da "PEC nº 24/97, que também institui o serviço civil obrigatório; quinto e último dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 8/95, que dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do art. 155 da Constituição federal; discussão em turno único do "PLC nº 81/96, que dispõe sobre prescrição de direito de ação; discussão em turno único do "PLC nº 60/97, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos de Agente Penitenciário na carreira policial civil do Distrito Federal; e discussão em turno único do "PDL nº 146/97, que aprova o texto do Estatuto da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado, aprovado na VII Conferência

COMISSÕES

Terça-feira (12.05.98)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 135/95, que dispõe sobre a exploração a corte raso da floresta e demais formas de vegetação arbórea da bacia amazônica em áreas selecionadas pelo zoneamento ecológico-econômico para uso alternativo do solo; "PLS nº 298/95, que dispõe sobre o custo de cada parcela rural em projetos de colonização

oficial; "PLS nº 202/96, que estabelece padrões de confecção de cédulas e moedas metálicas que possibilitem identificação por deficientes visuais; "PLS nº 118/95, que dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional e institui a Unidade Real de Valor - URV; "PLS nº 292/95, que dispõe sobre a aplicação das receitas provenientes das privatizações; "OFS nº 23/98, solicitação do governo de Mato Grosso sobre o contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ativos, celebrado entre a União e o Banco do Estado de Mato Grosso S/A, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 284 milhões; "OFS nº 33/98, solicitação do governo da Bahia para a revisão dos percentuais de limite de comprometimento do contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas firmado com a União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 959 milhões; e "OFS nº 30/98, solicitação do governo de Rondônia referente ao contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas firmado com a União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 146 milhões. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: "Relatório as emendas apresentadas ao PDL referente às contas do presidente da República de 1996; "Requerimentos de autoria do deputado Paulo Bernardo, e "PL nº 6/98-CN, que abre ao orçamento de investimento, em favor das empresas Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. e Petróbras Fertilizantes S.A., crédito especial até o limite de R\$ 847 milhões; relatório ao "PL nº 9/98-CN; relatório ao "PL nº 7/98-CN; e relatório ao "PL nº 10/98-CN. Plenário 2, Anexo II - Câmara dos Deputados

Quarta-feira (13.05.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 52/95, que suprime dispositivo constitucional que vedava a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 11/96, que altera o parágrafo 5º do art. 166 da Constituição federal; "PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring; "PLC nº 103/96, que dispõe sobre os registros públicos; "PLS nº 63/95, que estabelece a revisão obrigatória da declaração do imposto sobre a renda dos detentores de cargo eletivo ou diretivo na administração pública; "PLS nº 81/95, que dispõe sobre as sociedades cooperativas; e "PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores. Sala 5 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 83/96, que dispõe sobre a exigência de dados nos repositórios médicos; "PLS nº 301/95, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas e Industriais; "PLS nº 240/96, que dispõe sobre a negociação coletiva de direitos previstos na CLT; "PLS nº 253/96, que exclui das restrições impostas à utilização da Mata Atlântica o perímetro urbano dos municípios situados na área por ela abrangida; "PLS nº 213/97, que dispõe sobre o benefício previdenciário complementar às vítimas e aos dependentes dos motoristas profissionais de veículos automotores de carga ou passageiros, decorrentes de acidente de trânsito; e "PLS nº 240/97, que acrescenta parágrafo e altera redação do inciso I do artigo 482 da CLT, relativos ao abandono de emprego. Sala 9 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

Quarta-feira (13.05.98)

11h - Lançamento do Relatório Rádio & TV no Brasil - Diagnósticos e Perspectivas, pelo presidente da comissão especial destinada a analisar a programação de rádio e TV no País, senador Hugo Napoleão. Sala 2 - Ala Nilo Coelho
Cultura ao Meio-Dia
Filme: Terra Estrangeira, de Walter Salles e Daniela Thomas. Auditório Patrônio Portella

Odacir prega reforma na universidade

O fato de o Brasil apresentar um dos mais altos custos de manutenção de alunos matriculados no ensino superior e, ao mesmo tempo, enfrentar a falta de professores qualificados e de laboratórios adequados levou o senador Odacir Soares (PTB-RO) a defender uma reforma na universidade brasileira.

A maioria das instituições, na avaliação do senador, gasta muito e mal os recursos disponíveis, vive um modelo já ultrapassado e trata com desprestígio o ensino de graduação. Odacir disse que a questão salarial dos professores universitários impõe debate e adoção de uma política adequada, mas não é o único problema a exigir mudanças.

O senador defendeu a efetiva autonomia da universidade - "pré-requisito para a in-

trodução de novos modelos de gestão financeira e patrimonial".

VAGAS

Odacir afirmou que o país necessita ampliar as vagas no ensino superior, argumentando que, entre os países da América Latina, o Brasil tem um dos mais baixos índices de acesso à universidade.

Ele citou dados contidos no Plano Nacional de Educação de 1998, encaminhado ao Congresso Nacional, segundo os quais a porcentagem de matriculados no ensino superior brasileiro em relação à população de 18 a 24 anos é menos de 12%, "comparando-se muito desfavoravelmente com os índices da Argentina (40%), do Chile (20,6%), da Venezuela (26%) e mesmo da Bolívia (20,6%)".

Miranda critica falta de informação sobre Amazônia

A partir de estudos e pesquisas que revelaram dezenas de novas espécies de animais e plantas nos últimos sete anos e que foram publicados pela revista *Veja*, o senador Gilberto Miranda (PFL-AM) criticou o desconhecimento que ainda existe sobre o que seja a Amazônia.

De acordo com Miranda, a floresta amazônica abriga entre 5 milhões e 30 milhões de plantas diferentes e somente 30 mil foram devidamente catalogadas até o momento. "A impressão que se tem é que tudo se engatinha quando se trata do mapeamento da área amazônica. Das 30 mil espécies de hoje até os 5 milhões

de amanhã, há ainda muito chão a percorrer e muita biologia a descrever, supõem os botânicos mais otimistas", afirmou.

Em relação à fauna, o senador explicou que a diversidade é tão grande quanto a flora. Segundo ele, há mais de 300 espécies de mamíferos circulando pelo ecossistema amazônico, compreendendo os bichos mais simpáticos aos mais inóspitos. "Enquanto, na primeira categoria, qualquer turista se estareceria com a beleza selvagem da onça-pintada, na segunda, se espantaria com os hábitos nada convencionais da preguiça", explicou.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flávio Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djalba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuzza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueas Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Enderação: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone:

0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Proposta possibilita o aproveitamento de jovens dispensados ou isentos do serviço militar em entidades sociais, escolas, programas comunitários e atividades administrativas

Plenário vota emenda do serviço civil

O plenário do Senado votará quarta-feira a proposta de emenda constitucional, apresentada pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que cria no Brasil o serviço civil obrigatório, destinado a jovens dispensados ou isentos do serviço militar. Mulheres e religiosos também poderão ser convocados para o novo serviço, que será prestado em entidades sociais, escolas, programas de interesse comunitário e na burocracia das unidades militares ou prefeituras.

A emenda tramita junto com outra proposta de idêntico objetivo, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS). De acordo com o projeto, jovens que, em tempo de paz, alegarem crença religiosa ou convicção filosófica ou política para não prestarem serviço militar terão de cumprir o serviço civil. Antonio Carlos Magalhães afirma, em sua justificativa, que serão aproveitados os mecanismos de convocação das Forças Armadas para seleção dos jovens que cumprirão o serviço civil.

Além da votação dessa proposta, o plenário concluirá nesta semana a discussão de outras duas mudanças na Constituição. A primeira, de autoria do senador Pedro Simon, exclui os municípios da retenção de impostos destinados ao Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). A segunda, do senador Geraldo Melo (PSDB-RN), autoriza os estados produtores de petróleo e de energia elétrica a cobrarem ICMS. Atualmente, esse imposto é arrecadado pelos estados consumidores.

O plenário também discutirá amanhã o projeto de lei que regulamenta o funcionamento dos planos e seguros de assistência à saúde. O projeto, apresentado pelo então senador Iram Saraiva em 1993 e agora relatado pelo senador Sebastião



Antonio Carlos Magalhães é o autor do projeto

Rocha (PDT-AP), afeta diretamente 40 milhões de brasileiros que pagam mensalidades de planos de saúde.

Entre as inovações da proposta está a obrigatoriedade de cobertura de todas as doenças classificadas pela Organização Mundial de Saúde e o fim do tempo máximo de internamento pago pelos planos de saúde. Também ficarão proibidos, de acordo com o projeto, os aumentos de preço por faixa etária a partir dos 60 anos de idade.

João Rocha proporrá audiências sobre agências reguladoras

O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, senador João Rocha (PFL-TO), anunciou que apresentará quarta-feira, para discussão, um roteiro de audiências públicas sobre as modificações decorrentes das reformas constitucionais, no que se refere às recém-implantadas agências reguladoras dos setores de petróleo, energia elétrica e telecomunicações. João Rocha quer agilizar as funções da comissão, intensificando o trabalho de fiscalização dos atos do Executivo. As audiências, segundo a proposta do senador, ocorreriam em duas etapas. "A primeira prevê a discussão sobre o desempenho das agências, enquanto a segunda focaliza a sua expectativa", explicou.

Conforme João Rocha, a CFC deverá ouvir representantes do Ministério do Planejamento, do Tribunal de Contas da União e da Secretaria Federal de Controle, além dos dirigentes da ANP, da Aneel e da Anatel. Ele acredita que a iniciativa possa ampliar "o instrumental à disposição

do controle externo", inclusive oferecendo sugestões de ordem legislativa.

A comissão também deve nomear relator, na próxima quarta-feira, para emitir parecer sobre a tramitação do projeto que regula o funcionamento dos fundos de pensão. A decisão, conforme João Rocha, atende requerimento do senador Jádor Barbalho (PMDB-PA) que solicita a análise da comissão antes do arquivamento do projeto, uma vez que o TCU apresentou relatório denunciando irregularidade no funcionamento dos fundos. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) deu parecer favorável ao arquivamento do projeto por entender que a

materia estava superada pela aprovação, em 97, de lei específica sobre os fundos de pensão.

CEF

João Rocha anunciou também o envio ao TCU de requerimento do senador Júlio Campos (PFL-MT) que solicita esclarecimentos sobre o ressarcimento aos cofres da Caixa Econômica Federal (CEF) dos recursos utilizados em empreendimento imobiliário em Campinas (SP). A obra apresentou distorção nos seus custos, inviabilizando a comercialização. Júlio Campos acredita que o mesmo venha ocorrendo em outros empreendimentos em todo o país, o que torna necessária a adoção de medidas idênticas em outros financiamentos. — Trata-se de um grave problema social, envolvendo a aplicação de elevado volume de recursos por parte da CEF, na sua maioria originários do FGTS, e cujo retorno aos cofres públicos somente será possível se adotadas medidas semelhantes ao caso analisado pelo TCU — justificou Júlio Campos.



João Rocha quer agilizar a CFC



Benedita: afirmação política

Benedita faz homenagem ao Senado

Ao assinalar o aniversário do Senado, transcorrido no dia 6, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou que a trajetória da Casa, desde sua instalação em 1826, se confunde com a história de afirmação política do povo brasileiro. A senadora lembrou a primeira sessão legislativa, com duração de quatro meses, quando foi reconhecido o príncipe d. Pedro como herdeiro do trono.

Benedita citou a eleição da primeira Mesa Diretora, composta pelos senadores Visconde de Santo Amaro, presidente; Marquês de S. João da Palma, vice-presidente; Visconde de Barbacena, primeiro-secretário; Barão de Valença, segundo-secretário; Rodrigues de Carvalho, terceiro-secretário, e F. Carneiro de Campos, quarto-secretário. O primeiro presidente do Senado, eleito por aclamação em 29 de abril de 1826, foi o Visconde de Santo Amaro.

A senadora relatou que o primeiro volume dos Anais do Senado continha, entre outras, proposições destinadas a regulamentar a naturalização de estrangeiros, revalidar os direitos de cidadão brasileiro aos naturais do Brasil que não tinham voltado à pátria, dispor sobre empréstimos e juros e determinar que não se executassem as sentenças de morte sem ordem do imperador. As Cartas Imperiais de 1826 nomearam, recordou, 50 senadores. Dos 46 que efetivamente assumiram seus mandatos, seis haviam nascido em Portugal e, entre os brasileiros natos, 14 eram mineiros, dez baianos, seis fluminenses e cariocas, quatro pernambucanos, dois maranhenses, um cearense, um espírito-santense, um paulista e um catarinense.

Senador pede pressa para a votação de emenda constitucional, de sua autoria, que estabelece tetos de 3% a 8%, segundo a população, para os gastos dos municípios com o Legislativo

Amin quer limitar gastos de Câmaras

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) pediu que os senadores apressem a tramitação e aprovem a proposta de emenda constitucional por ele apresentada para limitar a percentuais entre 3% e 8% da receita tributária das prefeituras a despesa com o funcionamento do Legislativo municipal, afim de incluir a remuneração dos vereadores. O parlamentar disse que a emenda tem um conteúdo acima de tudo moralizador da gestão política.

— A medida tem importância não apenas para o equilíbrio orçamentário dos municípios, mas para a valorização e fortalecimento dos legislativos municipais, instituições que contam com o meu mais profundo respeito — afirmou o senador.

Apresentada em janeiro deste ano, a proposta de Amin limitava a 5% os gas-



Amin acredita que limite vai beneficiar a democracia

tos das câmaras de vereadores, mas foi modificada em decorrência de sugestões recebidas e, segundo o senador, fixa agora o seguinte: o total da despesa com o funcionamento do Poder Legislativo municipal fica limitado a percentuais que variam de 8% do somatório das receitas tributárias e das transferências constitucionais, no caso dos municípios com população inferior a 10 mil habitantes, e a

3% desse somatório, no caso dos municípios com população igual ou superior a 1 milhão de habitantes.

Esperidião Amin disse que, ao escalar os limites de despesa de acordo com o porte do município e, ao incluir as transferências constitucionais no montante sobre o qual deve incidir o percentual definido como teto, a proposta dá resposta às críticas e sugestões formuladas

quando da apresentação do projeto em janeiro. Isso porque a objeção levantada contra o limite uniforme de 5% era justamente a inviabilidade de adoção desse critério pelos pequenos municípios, particularmente pelos de baixas receitas tributárias.

Na opinião de Amin, essa iniciativa trará benefícios a muitas cidades brasileiras, ao permitir que um maior volume de recursos seja aplicado em áreas de grande carência. Ele explicou que, ao corrigir abusos nos gastos de algumas câmaras de vereadores, sua emenda contribuirá para o resgate da confiabilidade dos vereadores junto às populações que representam. "Por extensão, contribuirá para a valorização do Legislativo brasileiro como um todo e, em última análise, para o fortalecimento da democracia", acrescentou.



Jucá pediu providências ao TRE

Jucá acusa governador de usar máquina

Com base em matérias jornalísticas, o senador Romeiro Jucá (PFL-RR) protestou contra o uso da máquina oficial pelo atual governador de Roraima, Neudo Campos, que é candidato à reeleição nos próximos pleitos. Ele solicitou ao Ministério Público e ao Tribunal Regional Eleitoral que tomassem as providências necessárias "para que tenhamos eleições democráticas", em 4 de outubro próximo.

Segundo Jucá, matérias publicadas em jornais, com circulação regional e também em Brasília, mostram o atual governador distribuindo dinheiro durante evento público, recentemente realizado em Roraima.

— E o pior — afirma o senador — é que Neudo Campos acena de cima do palanque para os eleitores com cédulas de R\$10,00 e, na hora da distribuição, entrega notas de R\$1,00. Nem nisso ele consegue ser verdadeiro!

Apesar de ter consciência de que, ao aprovar o dispositivo que garante aos políticos ocupantes de cargos executivos o direito à reeleição, criava-se a possibilidade do uso da máquina oficial, Jucá considera a experiência válida, "para o amadurecimento da democracia". Lamentou, porém, a ocorrência de desmandos como o promovido pelo governador do seu estado. O mais grave, para ele, é que já apareceram defensores do governador querendo convencer a opinião pública de que não ocorreu crime eleitoral, simplesmente porque o dinheiro distribuído por ele era pouco.

Távola defende autocontrole no jornalismo

Ao aplaudir o código de ética do *Correio Brasileiro*, publicado como compromisso do jornal, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) afirmou na sexta-feira que a iniciativa significa um impulso de renovação no jornalismo, abrindo caminho para uma situação em que uma lei de imprensa não seja necessária, diante da auto-regulamentação dos próprios órgãos da mídia. "Essa, aliás, sempre foi minha posição: nenhuma censura oficial e controle realizado nas próprias redações", acrescentou.

Como jornalista, Távola apontou os muitos perigos que dificultam a apuração, redação e edição dos fatos que devem representar a verdade. "Não acredito em imparcialidade, pois fatores subjetivos como simpatia e concordância a impedem. Acre-

dito, sim, na objetividade diante dos fatos, quando o jornalista competente pode escapar de inimigos como a meia-verdade, a verossimilhança, a necessidade de simplificação e de síntese."

Ao reconhecer que ser fiel à verdade é difícil, Távola apontou o código de ética do *Correio* como uma maneira de impedir uma cadeia perversa que, às vezes, ocorre no jornalismo: "Confunde-se indício com sintoma, sintoma com fato, fato com julgamento, julgamento com condenação e condenação com linchamento. Como ocorreu com a escola paulista acusada de envolvimento com abusos sexuais aos alunos, passou-se do indício ao linchamento em uma semana e, no final, ficou provado que tudo era falso."

Távola afirmou que a credibilidade é o maior trunfo de um órgão de imprensa.



Távola elogiou código de ética do *Correio Brasileiro*

E mecanismos internos de autocontrole, acrescentou, podem garantir que o órgão não perca prestígio. "Há, no código do *Correio*, sete direitos e 23 deveres do jornalista refletindo as dificuldades da profissão. O mais importante dever é 'respeitar a verdade, comprovar a veracidade da informação, recorrer a diversas fontes e abrir espaço para todos os envolvidos'. Diante do dinamismo e da rapidez que caracterizam a mídia nos tempos de hoje, esse é o maior desafio."

Para Távola, uma categoria profissional só se aprimora através de mecanismos internos. "Não há polícia, não há governo nem legislação que consiga imprimir ética dentro de uma profissão. Por isso, a iniciativa do *Correio* é relevante. A imprensa hoje é parceira da sociedade, age como seu instinto de conservação. Seu papel fiscalizador, e até de juiz, exige que a preocupação com a ética seja fundamental na divulgação das informações", destacou.

A falta de um seguro esquema de sustentação parlamentar, segundo o senador, pode ser apontada como a principal causa do insucesso, no Brasil, do sistema presidencialista baseado no modelo norte-americano

Cabral lembra alternativa parlamentarista

A derrota do governo na votação da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados e as declarações do presidente da República sobre o Legislativo levaram o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) a defender, em discurso feito na sexta-feira, no plenário, a adoção do sistema parlamentarista de governo como forma de resolver os problemas decorrentes do presidencialismo no Brasil.

— O presidencialismo, nos moldes do sistema americano, não tem dado certo aqui porque todos os presidentes, não apenas Fernando Henrique Cardoso, caminham na fantasia de que têm maioria no Congresso e, fazendo isso, tropeçam na realidade mais adiante — disse ele.

O senador reclamou que as



Cabral lamentou crítica à "banda podre"

declarações do presidente da República sobre a atuação de alguns deputados, a quem chamou de "banda podre", nivelam todos os parlamentares, os sérios com os que fazem barganhas. "O desabafo do presiden-

te acaba atingindo o Legislativo como um todo." Para Cabral, o desencanto com a atividade política começa a tomar conta dos parlamentares que desejam dar um significado maior aos seus mandatos.

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) disse acreditar que o povo brasileiro cometeu um grande equívoco ao escolher em plebiscito o sistema presidencialista de governo, "pensando que o presidente não ficaria refém do Congresso. Hoje, vemos exatamente o contrário".

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) lembrou que o tema só estava sendo discutido porque o governo perdeu na

votação da Previdência. "Às vezes é bom perder", concluiu. Tebet afirmou que no parlamentarismo o Congresso também pode ficar refém da vontade do chefe de governo caso não aprove o que ele quiser, pois teria o poder de dissolver o Parlamento e convocar novas eleições. O senador defendeu a busca de um modelo próprio para o Brasil.

Bernardo Cabral disse que no parlamentarismo o Congresso só é dissolvido quando se nega a aprovar um programa de governo previamente acordado. "No parlamentarismo, o chefe de governo é escolhido somente após apresentar o que pretende fazer. No presidencialismo, só se conhece um plano, um projeto de governo, mas não se sabe o que o presidente vai fazer de fato".



Lauro condena "intransigência"

Lauro diz que o fisiologismo não acabou

O senador Lauro Campos (PT-DF) criticou sexta-feira, da tribuna do Senado, a "preferência do governo Fernando Henrique Cardoso pela 'banda podre' representada pelo capital especulativo nacional e internacional". O parlamentar lamentou o que considera intransigência governamental diante da greve de 52 universidades brasileiras, cujos professores reivindicam "apenas reposição salarial de 48,5%". Ele disse também que o presidente da República ficou sem dinheiro para cuidar da seca e da dengue porque preferiu elevar a taxa de juros do país ao mais alto patamar do mundo.

De acordo com o parlamentar petista, "a 'banda podre' dos bancos é a banda do coração deste governo". Lauro Campos lembrou que no ano passado o presidente Fernando Henrique Cardoso havia anunciado o fim do fisiologismo. "Mas não terminou não", observou. "Pois os conchavos continuam, como admitiu o próprio FHC."

O senador entende que a necessidade de se fazer uma "assepsia", como prega o próprio presidente, não fica restrita ao Congresso. Ele atribuiu a recente crise do país, a volta e proliferação de "doenças medievais", juntamente com o "sucateamento da indústria e do saber", à lógica da globalização, "que domina essa gestão, como aconteceu no governo Collor".

Jefferson acha FHC "refém de chantagistas"

Comentando a derrota sofrida pelo governo na Câmara dos Deputados, durante a votação da reforma da Previdência, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) lamentou na sexta-feira que tenha prevalecido o fisiologismo na hora do voto de grande parte dos parlamentares. O plenário rejeitou a fixação de idade mínima para aposentadoria.

— Grande parte da base governista votou contra, se absteve ou fugiu da votação, não comparecendo por interesses menores, até mesmo inconfessáveis. Alguns por causa de verbinhas a serem liberadas para seus estados, outros porque não obtiveram, quem sabe, coisas piores — protestou Jefferson.

Na opinião do senador, Fernando Henrique Cardoso deveria fazer uma auto-crítica. "Quando ele cedeu à chantagem, porque é de chantagem que se trata, no início do seu governo, ele se tornou refém dos chantagistas", comentou. Para Je-

fferson Péres, o presidente deveria, logo no primeiro momento, ter denunciado à nação todos os que barganharam e exigem favores do governo na hora de votar.

Lamentando que o fisiologismo esteja impregnado na vida pública brasileira, o senador disse que quem se utiliza desta prática é chantagista, e o governo que cede a essas pressões é fraco, perde a sua autoridade moral. Ele acrescentou que a falta de ética se generaliza não só na classe política, mas na sociedade.

— Costumo dizer que estou entre os parlamentares mais baratos para o governo, porque não peço nada. Voto com o governo de graça, quando estou convencido de que ele está certo. Não abdic do meu senso crítico e da minha independência. Não há como me afastar dessa postura — garantiu o senador.

PERPLEXIDADE

Em aparte, a senadora Júnia Marise (PDT-MG) afirmou que a opinião pública brasileira tem acompanhado com per-



Jefferson criticou o fisiologismo na política brasileira

plexidade o processo de negociação para a aprovação da reforma da Previdência na Câmara. Ela citou, como graves, declarações de deputados publicadas pela imprensa dizendo que só votariam a favor da proposta do governo se algumas verbas fossem liberadas. "As questões hoje que dizem respeito aos interesses nacionais não podem ser discutidas em cima de barganhas ou de chantagens mútuas", avaliou.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), por sua vez, julgou que, mais importante que a derrota que o governo sofreu na Previdência, foi a questão ética em torno do assunto. Ele constatou que está se generalizando no Brasil uma teoria de que mais vale o resultado, o imediatismo, o pragmatismo, do que as ideias.

— Estamos vendo agora que

se transaciona para a aprovação de leis, inclusive na votação de uma lei de reforma constitucional que é das mais importantes na vida de um país, porque diz respeito à vida da população, diz respeito a 150 milhões de brasileiros. Transaciona-se, barganha-se, trocam-se favores para votar essa lei — denunciou Tebet.

Na avaliação do senador Bello Parga (PFL-MA), o resultado da votação da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados foi lamentável. "A aposentadoria precoce é uma coisa eticamente vergonhosa e economicamente inviável", explicou. Ele considerou que o cidadão que se aposenta com 40 anos de idade em pleno vigor físico e mental está cometendo um crime contra a sociedade.

Senador leu relatório de 1958, para mostrar que o problema da seca permanece sem solução há décadas, e cobrou medidas concretas, que evitem um problema social grave

Alcântara pede ação rápida no Nordeste

O governo federal precisa agir rápido para resolver o problema da seca no Nordeste, porque o descontrole pode resultar numa situação social "séria e grave". A advertência foi feita pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

— Não é caso para debate jurídico de saber se o saque é válido ou não, se há alguém insuflando o saque ou se ele é feito por gente desesperada por comida. Temos é que agir, senão poderá haver descontrole — afirmou.

Lúcio Alcântara leu um relatório sobre a exploração dos nordestinos pelos "industriais da seca", feito em 1958, a pedido do então presidente Juscelino Kubitschek. O documento, elaborado pelo coronel Orlando Ramagem, narra a situação de pobreza no



Alcântara defende ações efetivas

Nordeste naquele ano, quando foi registrada uma das piores estiagens na região. Na ocasião, o coronel ficou em dúvida sobre o que era mais estarrecedor: se o "quadro dançoso da seca, a figura humilhante do flagelado ou a miséria moral dos aproveitadores da desgraça alheia". Para Lúcio

Alcântara, o presidente Fernando Henrique Cardoso deveria fazer o mesmo, enviando uma pessoa de sua confiança para ver o que realmente acontece na região. O senador lamentou que, nesses 40 anos, o país permaneça com as mesmas discussões sobre o problema, com governo e oposição tirando proveito político da situação.

Depois de afirmar que não há mais espaço para soluções como as frentes de trabalho, Lúcio Alcântara citou a alternativa adotada pelo governador do Ceará, Tasso Jereissati, de instituir uma renda mínima para as vítimas da seca na região, e disse que deve haver outras medidas efetivas para combater o problema. As iniciativas tomadas até agora pelo governo, acrescentou,

vão resultar novamente em gastos excessivos, porque não há planejamento, mas somente medidas "tópicas e paliativas" que não resolvem a situação. Observou, ao ler o relatório do governo Kubitschek, que o problema da seca continua o mesmo daquela época, com a perplexidade dos governantes diante desse quadro, e disse que a situação não pode continuar.

No relatório lido pelo senador, o coronel Orlando Ramagem descreve: "A região atingida pela seca apresenta um quadro indescritível. É um deserto onde tudo secou e talvez até as lágrimas dos flagelados... Tudo é desolação. O quadro sócio-econômico apreciado nessa região é dos que somente podem subsistir em países subdesenvolvidos".

Júnia sugere que FHC visite flagelados em Minas Gerais

Mais de cem municípios em estado de emergência, 170 mil flagelados, 302 rios e córregos secos ou em vias de secar: foi com este cenário que a senadora Júnia Marise (PDT-MG) chamou a atenção para os efeitos da seca em Minas Gerais e pediu a visita do presidente Fernando Henrique Cardoso às regiões mais afetadas, que são o norte do estado e os vales dos rios Jequitinhonha e Mucuri.

Júnia destacou reunião promovida pela Assembleia Legislativa na cidade de Mato Verde, que concluiu pela carência de ações governamentais para ajuda de emergência aos municípios afetados.

Ela pediu que o presidente coloque os ministros e o próprio governo em plantão para o combate aos efeitos da seca, a exemplo do que foi feito na votação da reforma da Previdência.

— É preciso socorrer as crianças que estão morrendo, que estão passando fome, que não têm água para beber — afirmou.

A senadora criticou a declaração do presidente da República, segundo a qual um voo da Força Aérea Brasileira, para levar comida aos flagelados custaria mais caro que a própria comida que iria transportar. Citado por Júnia, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) pediu um aparte para de-



Júnia enviou dossiê ao presidente

fender Fernando Henrique Cardoso.

— A frase do presidente tem de ser ouvida dentro do contexto. Ele quis dizer que, se houvesse preocupação com a

produção de comida para atendimento às carências do Nordeste, não seria necessário transportar comida de avião. Foi isso o que ele quis dizer, e não expressar o desejo de não mandar comida de avião porque seria muito caro. O presidente não seria desalmado, não está em sua natureza — afirmou Távola.

Júnia Marise informou estar encaminhando ao presidente da República um dossiê com a situação da seca em Minas, elaborado pelos prefeitos dos municípios atingidos, mostrando que a situação é dramática. E pediu que Fernando Henrique reflita sobre o assunto e tome uma atitude efetiva.

João Rocha elogia escolha de secretário

O senador João Rocha (PFL-TO) considerou "extremamente acertada" a escolha do advogado Ovídio de Ângelis para o cargo de secretário de Políticas Regionais. Segundo o senador, o novo secretário "colocará a sua dedicação, competência e inteligência na busca de soluções para os cruciais problemas que o Brasil enfrenta no momento, o maior

deles, sem dúvida, a questão da seca e da fome no Nordeste brasileiro".

João Rocha afirmou que Ovídio de Ângelis sempre se comportou com exemplar espírito público, lisura e transparência nos cargos que ocupou. Lembrou que, entre as inúmeras atividades que exerceu, Ângelis foi secretário municipal da Fazenda em Goiânia, secretário da

Fazenda do Governo do Acre, presidente do Banco do Estado de Goiás e presidente das Centrais Elétricas de Goiás.

João Rocha destacou como positiva a preocupação de Ovídio de Ângelis com os problemas do Norte e do Centro-Oeste, "tão ricos em potencialidades, mas ainda castigados por bolsões de pobreza". Para ele, a nomeação do advogado para a Secretaria de Políticas Regionais "enriquece o governo federal e representa a certeza de ações corretas na solução de nossos graves problemas sociais".



João Rocha: "espírito público"



Tebet desmente cancelamento

Corumbá terá usina, afirma Tebet

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) tranqüilizou a população de Corumbá (MS), garantindo que a cidade terá sua usina termelétrica em breve. Ele preocupou-se em desmentir os boatos de que a construção da usina seria cancelada.

O rumor teria surgido depois que a vencedora da concorrência internacional, a empresa norte-americana El Paso, não compareceu à assinatura do contrato. Porém, segundo o senador, a empresa estaria apenas negociando o gatilho cambial, uma das cláusulas do contrato. Acompanhado pelos demais senadores do estado, Levy Dias (PPB) e Lúcio Coelho (PSDB), Tebet reuniu-se quinta-feira com o ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, que dirimiu qualquer dúvida. "Ele foi enfático, assegurando que a usina será construída e que, caso a empresa norte-americana não assuma a obra, o governo já tem solução para o problema", disse o senador.

A usina termelétrica será alimentada pelo gás natural da Bolívia, que chegará ao Brasil através de gasoduto que corta Mato Grosso do Sul. No total, a usina poderá gerar até 150 MW de energia, o que possibilitará, segundo Ramez Tebet, a instalação de indústrias na região.

— É uma fonte de energia limpa — esclareceu — que pode impulsionar o desenvolvimento da capital do Pantanal. Nosso estado vai servir de corredor, mas não queremos apenas enterrar os canos do gasoduto, queremos ter a oportunidade de utilizar esse recurso natural e acabar, de uma vez por todas, com o receio de ficarmos atrasados.

A coleção de CDs *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro* e a de *Anais parlamentares* serão lançadas quarta-feira, em cerimônia presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães

Museu eletrônico preserva a memória política

O lançamento da coleção de CDs *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro*, reunindo discursos que marcaram a História recente do país, e da coleção de Anais parlamentares dos últimos 173 anos, em CD-ROM, marca a entrada em operação do Museu Eletrônico do Senado. O museu coloca à disposição do público valioso acervo de informações, registrado em multimídia para pronta consulta.

O senador Antonio Carlos Magalhães presidirá a cerimônia de apresentação das duas coleções, nesta quarta-feira, às 18h30, no plenário do Senado. Entusiasta da idéia, ele resalta a importância do empreendimento, que enriquecerá a memória política do Brasil.

O primeiro volume de *Grandes Momentos* é com-



O anúncio da renúncia de Jânio Quadros é um dos *Grandes Momentos* selecionados para a coleção

posto por cinco CDs, cobrindo o período de 1954 a 1976. A íntegra dos pronunciamentos, em livro, acompanha o álbum, confeccionado a partir de registros sonoros de propriedade do Congresso e de arquivos particulares. A seleção dos trechos editados é do jornalista Rubem de

Azevedo Lima.

Entre os pronunciamentos selecionados estão o anúncio da renúncia de Jânio Quadros, por Auro de Moura Andrade; o repúdio ao atentado da Rua Toncleros, por Afonso Arinos; a autodefesa de Carlos Lacerda, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara; a

análise do momento político (1958) feita por Otávio Mangabeira; o registro da morte de John Kennedy, pelo Padre Godinho; Francisco Julião pregando a reforma agrária; e Juscelino Kubitschek, já informado de sua cassação, despedindo-se do plenário do Senado. Apenas um dos autores

ainda exerce mandato eletivo: o senador Josaphat Marinho, com discurso de 1967, em defesa do Legislativo ameaçado.

Já a coleção *Anais da Assembleia Geral Constituinte do Império de 1823*; da *Constituinte de 1987/1988*; e *Anais do Senado de 1826 a 1996* compõe-se de 54 CDs, somente em texto (CD-ROM). Existe previsão de que a íntegra seja brevemente colocada na Internet.

Além desses dois lançamentos, compõem o acervo do Museu Eletrônico do Senado imagens de televisão, gravações de rádio, fotos e a coleção do *Jornal do Senado*, contendo o registro das atividades parlamentares no plenário e nas comissões da Casa, indexadas eletronicamente, para facilitar a consulta.

Elcio homenageia Irmã Marcelina de São Luiz

Em nome do povo capixaba, o líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), destacou o jubileu de ouro de vida religiosa da Irmã Marcelina de São Luiz, responsável pelo Orfanato Cristo Rei, que assiste 100 crianças e adolescentes desamparados no Espírito Santo.

O senador fez um resumo da biografia da freira, informando que ela nasceu no Rio de Janeiro, em 1913, indo aos três anos para o Espírito Santo.

Quando tinha 11 anos, manifestou sua vocação religiosa, iniciando então sua peregrinação. Chegou ao Orfanato Cristo Rei em 1957 e, com ajuda da sociedade capixaba, em 1965 iniciou a construção da sede da instituição, transferindo-se com as crianças para o novo endereço.

— Hoje, o Orfanato Cristo Rei constitui-se no orgulho de todos os capixabas. É mantido com doações do povo e com a ajuda de Deus — disse o senador.

Mostras contam a história do Senado e a vida de Darcy

O Senado inaugura hoje exposição de peças, documentos e publicações apresentando a história da Casa, desde a sua criação até os dias atuais. A iniciativa abre as comemorações do Dia Internacional do Museu, que transcorre no dia 18. O evento, promovido pelo Museu Histórico do Senado, destacará o período de funcionamento no Palácio Monroe, entre 1925 e 1960.

Juntamente com essa exposição, será aberta a mostra "O Brasileiro Darcy", que levará ao conhecimento do público um pouco da história do antropólogo, educador e político Darcy Ribeiro, que dedicou sua vida à preservação das sociedades indígenas e à educação. A exposição que homenageia o ex-senador Darcy Ribeiro integra o acervo do Museu da República do Rio de Janeiro,



Darcy é tema de exposição

desde o ano passado. As mostras ficarão instaladas no espaço denominado Senado Galeria, situado ao longo do corredor que liga o Edifício Principal ao Anexo I.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) sobre a seca que está ocorrendo no Nordeste brasileiro
8h - Cidadania - com a deputada Marta Suplicy (PT-SP) e o sociólogo Luiz Mello sobre o projeto de lei que trata da parceria civil entre pessoas do mesmo sexo
9h30 - Entrevista com o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) sobre a seca que está ocorrendo no Nordeste brasileiro
10h - Comissão de Assuntos Sociais de 6/maio - Votação do projeto que regulamenta os seguros e planos de saúde (reapresentação)
12h15 - Entrevista com o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) sobre a seca que está ocorrendo no Nordeste brasileiro
13h15 - Cidadania - com a deputada Marta Suplicy (PT-SP) e o sociólogo Luiz Mello sobre o projeto de lei que trata da parceria civil entre pessoas do mesmo sexo

14h30 - Sessão plenária não deliberativa
Logo após: Comissão de Assuntos Econômicos de 5/maio - Votação do projeto de lei que legaliza os jogos de azar (reapresentação)
20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
20h40 - "Senado em Pauta"
21h - Sessão plenária (reapresentação)
0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
0h40 - "Senado em Pauta"
1h - Mulheres em Debate - com a dra. Liane Beringhs (homeopata e iridóloga) e a psicóloga Cristina Carvalhedo sobre as técnicas terapêuticas holísticas
2h - "Jornal da Amazônia"
2h15 - "Senado em Pauta"
2h30 - "Fala, Cidadão"
6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
14h15 - "Plenário em Revista"
14h30 - Sessão plenária
19h - "A Voz do Brasil"
22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
0h - Retransmissão da sessão plenária
3h - Música e informação até as 7h30

Odacir quer agência para limitar a especulação

O senador Odacir Soares (PFL-RO) defendeu a criação de uma agência internacional de seguros, para permitir maior flexibilização da política econômica sem altas taxas de juros nem risco à estabilidade econômica. Ele explicou que, "com essa agência, o Brasil e os demais países emergentes poderão planejar suas políticas de desenvolvimento a prazo sem os descontroles do capital volátil".

Odacir observou que capital volátil são poupanças financeiras oriundas de países cênicos, basicamente dos Estados Unidos, em busca de altos lucros em curto espaço de tempo. Tal fenômeno, conforme explicou, surgiu com a desregulamentação da intervenção do Estado nos mercados financeiros, a abundância de recursos privados nos países centrais e o desenvolvimento da informática, no contexto da globalização. Para Odacir, a volatilidade exige, em contrapartida, o aciona-



Sistema é frágil, diz Odacir
mento de uma política de taxas de lucro estratosféricas.

O senador disse que os sucessivos abalos sofridos pelas bolsas asiáticas mostraram a fragilidade do sistema financeiro internacional. O tema, conforme observou, foi debatido no Fórum Econômico Mundial que reuniu, em Davos, na Suíça, chefes de Estado e economistas do mundo inteiro. Uma das conclusões dos especialistas foi que a abundância de capital especulativo deixa as economias emergentes à mercê das contingências dos investidores americanos e europeus.

Para Campos, juros só caem com ajuste fiscal

O senador Júlio Campos (PFL-MT) afirmou que a redução dos juros no Brasil só virá como consequência de uma maior disciplina fiscal por parte dos governos federal, estaduais e municipais e das empresas estatais. "Enquanto isso não ocorre, nossas empresas vão sendo sufocadas por juros estratosféricos e pela falta de crédito, num crescendo de falências e de concordatas", constatou.

Campos observou que os

aumentos expressivos na arrecadação de impostos obtidos pelo governo nos últimos anos não se deverão repetir nos próximos. Por isso, o ajuste terá de ser realizado necessariamente pelo lado das despesas.

O parlamentar considerou a aprovação de reformas constitucionais — tais quais a da Previdência, a administrativa e a fiscal — imprescindível a esse ajuste. Além disso, como notou, "maior racionalidade nos gastos públicos e cadeia para quem mete a mão no dinheiro do contribuinte também ajudariam muito nesse esforço fiscal que o governo tem de enfrentar".

Júlio Campos relacionou a política de crédito restrito e de juros altos e a abertura comercial ao exterior como os principais responsáveis pelas dificuldades vividas pelas empresas brasileiras.



Campos vê empresas sufocadas

Documento da OMS gera informações contraditórias, afirma senador, que considera a cannabis "uma substância prejudicial"

Patrocínio alerta para risco de discriminar a maconha

Apoiado em documento da Organização Mundial da Saúde (OMS) intitulado *Cannabis: uma perspectiva de saúde e agenda de pesquisa*, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) alertou sexta-feira para "o grande risco que a descriminação da maconha pode trazer a uma população desinformada como a nossa".

Segundo Patrocínio, projeto originário da Câmara logo iniciará sua tramitação no Senado e os senadores devem fazer uma análise acurada dos riscos decorrentes da liberação de "uma substância prejudicial ao ser humano como indivíduo e como membro da sociedade" ou do apoio à legalização de seu cultivo e manipulação.

Para o senador, a divulgação do documento da OMS foi precária, motivando informações contraditórias. A seu ver, o relatório "desmistifica a maconha", absolvendo-a das acusações de conduzir à violência e à incapacidade para o estudo e o trabalho, mas responsabilizando por inúmeros efeitos negativos, como o de dificultar a execução de tarefas simples, como datilografar, e mais complexas, como dirigir um automóvel.



Os pesquisadores da OMS comprovaram também que o uso freqüente e prolongado da maconha "prejudica as funções cognitivas, reduzindo a memó-

ria, a produtividade e a capacidade de aprender; desmotiva o indivíduo, abala sua autoestima, levando-o à depressão e à dependência", afirmou o senador.

Outros efeitos negativos, acrescentou o senador, estariam em sérias lesões no aparelho respiratório, sendo que o documento da OMS "não apresenta conclusões definitivas quanto à maconha como causadora de câncer". Do ponto de vista do aparelho reprodutivo, Carlos Patrocínio explicou que a *cannabis* pode alterar o ciclo menstrual e reduzir a produção de hormônios sexuais femininos. No entanto, destacou, conforme o relatório da OMS, "a suspeita de redução do número de espermatozoides foi definitivamente desmentida, assim como a redução do hormônio testosterona".

Alcântara defende esforço nacional no combate ao câncer

Ao contrário do que acontece no Brasil, a incidência de câncer caiu nos Estados Unidos em quase 2%, nos últimos 18 anos, devido às novas técnicas de tratamento e, sobretudo, em decorrência das bem elaboradas campanhas de educação visando à prevenção e ao diagnóstico precoce do mal. O fato foi lembrado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ao homenagear os pioneiros na luta contra a doença no Brasil. Ele também anunciou a realização do 17º Congresso Mundial do Câncer, marcado para o período de 23 a 29 de agosto próximo, no Rio de Janeiro.

O congresso, que terá como presidente o diretor do Instituto Nacional do Câncer, Marcos Moraes, trará ao Brasil especia-

listas na área oncológica de todo o mundo. Segundo o senador, um dos objetivos do encontro é conscientizar sobre a necessidade da absoluta prioridade no combate à doença.

O primeiro homenageado por Alcântara foi Mário Kroeff, que, após participar de uma missão médica militar na França, em 1918, voltou ao Brasil e

iniciou uma campanha contra o câncer que durou até o fim de sua vida.

Outro nome destacado por Alcântara foi o de Alberto Coutinho, que, sob a orientação do professor Kroeff, organizou o Instituto do Câncer, onde trabalhou por 15 anos.

— Pioneiro também foi o médico Napoleão Laureano, paraibano, que morreu de câncer no seio maxilar. Como não conseguiu assistência necessária para a sua doença, criou, antes de morrer, em 1951, a Fundação Laureano, responsável por toda a luta contra o câncer no estado da Paraíba — assinalou.

O senador Lúcio Alcântara citou ainda Jorge de Marsillac, que ainda atua na luta contra o câncer.



Alcântara elogia pioneiros